



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE – DEMA

TERMO DE DECLARAÇÃO:

MEMO INTERNO Nº 017/2023

D Nº 02801-2023

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal nº 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente – DEMA **habilitado pela Resolução CONSEMA nº 025/2002 – DOE em 12/11/2002**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA nº 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução CONSEMA 168/2007 de 19 de Outubro de 2007, Lei Complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011 Resolução CONSEMA 372/2018 de 02 de Abril de 2018 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos Memorando Interno nº 017/2023, do Departamento de Plano Diretor, datado de 05 de maio de 2021 – SEPLAMA/DEMA, expede o presente **TERMO DE DECLARAÇÃO**.

I- IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDEDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CNPJ/MF: 88.124.961/0001-59
ENDEREÇO: RUA RIVADÁVIA CORRÊA, Nº 858, CENTRO
CEP: 97.573-000
CIDADE: SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS

Para promover a atividade de: CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA – CONTRATO REPASSE 886663/2019/MINISTÉRIO DA CIDADANIA/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – ESCOLA SALDANHA MARINHO – AT = 444,15M²

Localizada: RUA DR. FIALHO, Nº 300, CENTRO
CIDADE: SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS

Ramo de Atividade:

ISENTO

Impacto Ambiental:

II - CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto ao projeto:

- 1.1. As obras devem obedecer às especificações do projeto técnico a ser elaborado e em conformidade às informações fornecidas;
- 1.2. No caso de qualquer alteração que se pretenda fazer (alteração de processo, implantação de atividade de impacto local, re-localização, etc.) deverá ser providenciado o licenciamento prévio junto ao DEMA;
- 1.3. Por ocasião da construção física das obras, deverá ser expedido alvará de obras;
- 1.4. Somente poderão haver movimentos de terra para a regularização do nível do terreno para as obras da quadra poliesportiva;
- 1.5. Não é permitida outra destinação para o local, atendo-se ao especificado na documentação do processo administrativo;
- 1.6. Não é permitido movimento de terra fora da área objeto;

2. Quanto aos resíduos sólidos:

- 2.1. A empresa que realizará as obras deverá segregar, identificar, classificar e acondicionar os resíduos sólidos gerados para armazenagem provisória na área da empresa, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 2.2. Os resíduos provenientes de movimento de terra, deverão ser direcionados, para a Prefeitura municipal - Secretaria Municipal de Obras;
- 2.3. O lixo similar ao doméstico deverá ser direcionado ao serviço de coleta regular;
- 2.4. Quanto aos resíduos gerados da construção civil o manejo destes deverá atender ao CONAMA nº307 de julho de 2002;
- 2.5. Fica proibida a queima a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza;

3. Quanto às condições da propriedade:

- 3.1. Evitar acúmulo de sujidades no entorno da área de atividade do empreendimento;
- 3.2. Evitar acúmulo de resíduos/lixos na rua, que impeçam a livre circulação de veículos ou transeuntes, em especial na área de embarque e desembarque de materiais de construção / mercadorias;
- 3.3. Os níveis de ruídos gerado pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151 da ABNT, conforme determina a resolução CONAMA nº01 de 08 de março de 1990;

Esta DECLARAÇÃO AMBIENTAL só é válida para as condições contidas acima e prazo de **1 (UM) ANO** a contar da presente data;

Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade;

A presente declaração só autoriza a atividade, a área em questão e o empreendedor acima especificado. Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma sem a prévia autorização deste órgão, através da concessão da LICENÇA DE OPERAÇÃO.

Esta declaração não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões, de qualquer natureza, exigidos pela Legislação federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

Este documento deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

VALIDADE: 27 de FEVEREIRO de 2023 a 27 de FEVEREIRO de 2024.

